

Marxismo, Feminismo e Comunicação¹

César Ricardo Siqueira BOLAÑO (Universidade Federal de Sergipe)²

Manoel Dourado BASTOS (Universidade Estadual de Londrina)³

Rafaela Martins de SOUZA (Universidade de Coimbra)⁴

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo fornecer uma aproximação entre a economia política da comunicação (EPC) e as teorias feministas marxistas. Com isso, pretendemos disponibilizar um arcabouço teórico que explique a problemática do patriarcado capitalista dentro da lógica da Comunicação, seguindo a perspectiva da crítica dialética da forma-comunicação (Bolaño, 2000), em diálogo crítico com a teoria da dissociação-valor de Roswitha Scholz e a investigação “historizadora” de Silvia Federici.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Política da Comunicação; Patriarcado Capitalista; Teorias Feministas Marxistas; Teoria do Valor; Forma-Comunicação.

1. APRESENTAÇÃO

Este texto visa contribuir para a construção de uma teoria feminista marxista, centrada na crítica do “patriarcado capitalista”, através de uma aproximação entre a construção teórica de Roswitha Scholz e sua teoria da dissociação-valor (SCHOLZ, 1996, 2013) e a crítica dialética da forma-comunicação (BOLAÑO, 2000), seguindo as pistas de um texto anterior (BASTOS; SOUZA, 2019) em que o problema foi apresentado pela primeira vez. Além dessas referências, trataremos de incorporar também o trabalho de Silvia Federici (2017; 2021), com sua proeminente análise do “patriarcado do salário” e, em especial, sua contribuição à periodização do capitalismo.

Trata-se, em última instância, de fornecer uma contribuição ao diálogo entre feminismo e marxismo, na perspectiva da chamada economia política da comunicação e da cultura (EPC), que tem se apresentado, no campo da Comunicação, como alternativa

¹Trabalho apresentado no GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor titular aposentado da Universidade Federal de Sergipe. Professor voluntário do Programa de Pós-graduação em Economia (PROPECUFS), e-mail: bolano.ufs@gmail.com

³Professor adjunto do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. Professor do corpo permanente do PPGCOM-UEL. Presidente da Ulepicc-Brasil (2020-2022). Faz parte da equipe de Jogando Dados (<https://anchor.fm/jogando-dados>), e-mail: manoel.bastos@uel.br

⁴Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), e-mail: rafaellamartins1990@hotmail.com

teórica geral, baseada na leitura sistemática d’*O Capital* de Marx, numa perspectiva não economicista, que reconhece o seu caráter de crítica imanente da economia política e de desvendamento das leis gerais do modo de produção capitalista. Especificamente, trata-se de recuperar aquela contribuição particular da EPC no sentido de aproximar os estudos feministas e os estudos de comunicação em geral em chave marxista, como crítica às visões pós-modernistas e congêneres dos “estudos de gênero”, que dominam o campo, a serviço de um feminismo anticapitalista radical.

Nesse sentido, é preciso explicitar que a recuperação das contribuições, tanto de Scholz como de Federici, passa necessariamente por uma crítica às suas concepções originárias, fortemente influenciadas, no primeiro caso, pelo revisionismo marxista de Moishe Postone e, no segundo, pela leitura de Marx de autores da escola operaísta italiana, especialmente Antonio Negri, conhecido adepto do pensamento pós-moderno. Se não é possível, nos limites deste trabalho, explicitar as críticas que temos a essas correntes de pensamento, é importante deixar claro que as contribuições das referidas autoras serão incorporadas, criticamente, a um marco teórico alternativo àquele em que foram originalmente formuladas.

No próximo item procederemos a uma revisão crítica de um trabalho fundador de Roswitha Scholz, onde se formula o problema em termos de teoria do valor, para propor, em seguida, a nossa própria solução. Ficará clara, então, a separação entre os planos teórico e histórico no processo de particularização do objeto patriarcado. Na sequência, trataremos da importante contribuição de Silvia Federici à periodização desse objeto, em que pesem os equívocos teóricos e a insuficiência das críticas a Marx.

2. CRÍTICA FEMINISTA MARXISTA: GÊNERO, TRABALHO E VALOR

Roswitha Scholz procura uma conceituação da problemática de gênero no plano da forma, com base em uma crítica da teoria do valor, considerando que as abordagens marxistas clássicas (o “marxismo tradicional”, diria Postone) não esclarecem o problema da assimetria entre os sexos porque colocam o foco no plano da circulação. Ao contrário, Scholz, propõe-se a analisar o problema a partir dos conceitos de trabalho abstrato e de fetichismo da mercadoria. Para isso, em seu primeiro trabalho, de 1996, que Bastos e Souza analisam em um artigo prévio, a autora formula a “teoria da dissociação-valor” e

os conceitos de “princípio masculino” do valor e de “esfera privada feminina” dissociada⁵.

O fato de Marx não considerar, no plano do capital, a questão da assimetria entre os sexos nada nos diz sobre sua posição em relação às lutas feministas, mas precisa, é claro, ser explicado. Não se trata propriamente de que a questão feminina não possa ser considerada naquele nível elevado de abstração que corresponde ao plano da forma. Como esclarecem Bastos e Souza (2019, p. 3), a solução de Scholz constituiria uma alternativa marxiana, tanto em relação ao feminismo marxista, que justificaria o esquecimento de Marx por um suposto caráter sexualmente neutro da teoria do valor, quanto às

visadas culturalistas, resultantes das concepções pós-estruturalistas e desconstrucionistas que dominaram o debate dos fins dos anos 1980 e nos anos 1990, que rechaçaram a teoria marxista e recolocaram a discussão segundo os termos conceituais de gênero e da identidade, numa espécie de ontologização das diferenças que pretendia eliminar qualquer referência à totalidade em nome dos aspectos relacionais da ordem discursiva (BASTOS; SOUZA, 2019, p. 3).

Estão corretos os autores em defender uma solução marxiana, situando o problema no plano da análise da forma e não, portanto, das funções simplesmente que o patriarcado cumpriria no modo de produção capitalista. O projeto de Scholz é, criticando, mais uma vez na linha de Postone (1993), a ontologia do trabalho, “comprovar que a divisão e dominação sexual é uma categoria estruturante do processo capitalista e primordial para a sua existência” (idem, p. 5). O problema das abordagens marxistas anteriores seria que, “no âmbito da teoria do valor, a assimetria entre os sexos é entendida como uma espécie de aparência cuja essência é o capital, a autovalorização do valor” (idem, p. 6). A autora pretende proceder a uma correção na teoria do valor para colocar a questão da dominação sexual no plano da essência:

⁵Bastos e Souza (2019, p. 2), no texto que se define como de “aproximações especulativas entre a teoria do valor-dissociação e a (crítica da) economia política da comunicação”, testam a hipótese da “forma social da comunicação como expressão do ‘princípio masculino’ e como isso se relaciona com a ‘esfera privada feminina’, visando uma avaliação da audiência como mercadoria”. Note-se que os autores estão perfeitamente cientes dos limites da adoção da solução de Scholz, como se pode perceber no trecho em que apontam que a pauta do programa da interseccionalidade “não é capaz de resolver o problema exposto por Scholz (e defendido no presente trabalho) porque opera apenas na esfera da aparência, em uma dimensão contingente da socialização” (Bastos; Souza, 2019, p. 4). Mais adiante (p. 8), dirão, sobre a sua própria proposta nesse texto preliminar: “Neste momento, não se trata de afirmar categoricamente as relações entre a dissociação-valor e a forma-comunicação, mas de propor especulativamente algumas particularizações para, em outro momento, avaliar sua pertinência. Ou seja, para agora, trata-se de trazer a proposta para a avaliação e debate”. É claro que, em todo caso, o ajuste aqui proposto acabará por assinalar o defeito da proposta especulativa dos autores, apresentado no item “o ‘princípio masculino’ da forma-comunicação e a ‘esfera feminina’” (pag. 7 e segs.), mas não é esse o propósito deste artigo.

O núcleo de minha tese é o seguinte: a contradição básica da socialização através da forma-valor, de matéria (conteúdo, natureza) e forma (valor abstrato) é determinada com especificação sexual. Todo conteúdo sensível que não é absorvido na forma abstrata do valor, a despeito de permanecer como pressuposto da reprodução social, é delegado à mulher (dimensão sensível, emotividade etc.) (SCHOLZ, 1996, p. 18).

Como lembram Bastos e Souza (2019, p. 6),

contudo, a dissociação não pode ser compreendida em termos derivados, como uma particularização aparente da forma de valor. Assim, ao mesmo tempo em que é um elemento integrante da socialização pelo valor, a assimetria entre os sexos lhe é exterior – ou melhor, ela é constitutiva da socialização pelo valor exatamente por lhe ser exterior.

A consideração dessa exterioridade constitutiva, em vez de inserir externamente, ou em derivação, a dominação masculina e a assimetria entre os sexos, deve “levar em conta o mecanismo patriarcal da cisão – não no sentido de um acréscimo externo, mas no de uma alteração qualitativa da própria teoria do valor, que seria assim também uma crítica do patriarcado” (SCHOLZ, 1996, p. 18). A preocupação metodológica da autora no seu intento de explicitar “uma mediação dialética entre a assimetria entre os sexos e a autovalorização do valor” (BASTOS; SOUZA, 2019, p. 7) se concentra nas relações entre essência e aparência. Assim,

ela não reconhece que o “feminino” e a “dominação masculina” sejam elementos que surgem apenas como momento aparente, portanto derivados, entendendo-os como aspectos essenciais, em sua dissociação, da autovalorização do valor. A dissociação é um elemento estruturante, dinâmico e negativo (BASTOS; SOUZA, 2019, p. 7).

O problema não está na pretensão de procurar a explicação no plano da essência, mas na solução ela mesma, afirmando uma suposta oposição entre um “princípio masculino” do valor – que estaria na base da constituição da esfera pública, entendida como a esfera da troca, como no capítulo 2 do livro primeiro d’*O Capital* – e uma “esfera feminina” dissociada, para onde se deslocariam todos os elementos da esfera privada, entendida como “aparência”. Assim,

a igualdade aparente entre os agentes da troca é já ela mesma fundamentada numa cisão estruturante da socialização pelo valor, a saber: a assimetria entre

os sexos que necessariamente dissocia aspectos da reprodução social então compreendidos como femininos, alheios ao valor e que aparecem como próprios da esfera privada, enquanto que o âmbito do valor cinde-se seguindo um “princípio masculino”, ou seja, aparece como público (BASTOS; SOUZA, 2019, p. 8).

Aqui reside a dificuldade⁶. Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que o capítulo 2 d’*O Capital* apresenta justamente o plano da aparência do capitalismo, uma economia mercantil, constituída de indivíduos livres e iguais, todos proprietários privados de mercadorias que se relacionam entre si exclusivamente por meio dessas mercadorias. A relação de capital só será introduzida no capítulo 4, que representa o trânsito da aparência à essência. Até então a teoria do valor é de fato sexualmente neutra. Nesse sentido, assim como o capital, *a cisão é pressuposta*. Porém, mesmo posteriormente, o próprio Marx não introduz a questão da assimetria entre os sexos, permanecendo em um elevado nível de abstração, para descrever o mecanismo da exploração do trabalho, que não poupa homens, mulheres ou crianças, como se verá nos capítulos históricos do livro primeiro.

É no capítulo 4, quando o dinheiro se transforma em capital pela exploração de trabalho humano não pago, mais precisamente na definição do valor da força de trabalho, que o problema deve ser colocado. No plano da essência, portanto, seguindo o método lógico-genético da exposição. Marx deixa bem claro que a determinação do valor da força de trabalho é dada por fatores de ordem extra econômica fundamentais, quais sejam, a duração da jornada de trabalho e a definição da cesta de consumo dos trabalhadores, ambos elementos histórica e geograficamente determinados, dependendo em última instância da luta de classes. A existência, em determinados momentos históricos, de uma produção doméstica dos bens de consumo da classe trabalhadora reduz evidentemente o valor da força de trabalho. É aí onde se deve localizar a ideia de “constituição sexualmente assimétrica e historicamente específica do valor” (BASTOS; SOUZA, 2019, p. 7).

Melhor que aquela “exterioridade constitutiva” de que fala Scholz, a consideração do patriarcalismo como um fator extra econômico fundamental para o capital, mas cuja existência é muito anterior ao capitalismo, exprime a necessidade da sua incorporação (subsunção), como elemento constitutivo do movimento geral da reprodução do capital, que deve adequar-se às necessidades historicamente cambiantes deste. Isso no plano da

⁶Note-se que a própria Scholz revisará posteriormente essa solução, reconhecendo que “com o amadurecimento e revisão de sua teoria, ela percebeu que a separação das esferas não identifica a dissociação estrutural que a autora buscava, apontando já para o âmbito da aparência” (Bastos; Souza, 2019, p. 9).

forma. No plano das funções, será preciso, posteriormente, falar em duas, relacionadas, de um lado, à reprodução da força de trabalho e, de outro, ao controle social, mas isso deve ser pensado já em termos históricos.

Assim, por exemplo, ao fim da Segunda Guerra, as mulheres foram expulsas dos processos produtivos para os quais haviam sido convocadas durante o conflito, e empurradas para o espaço doméstico, onde deveriam voltar a submeter-se ao poder patriarcal, de acordo com as necessidades de controle social e de reestruturação do capitalismo. Em outros momentos, por exemplo, na Revolução Industrial e no tempo de Marx, as mulheres foram largamente utilizadas na indústria têxtil. Ou seja, assim como o capital comercial e o capital bancário, formas antediluvianas do capital, com a instalação do modo de produção capitalista, acabarão por subordinar-se ao capital industrial, tornando-se o juro e o lucro comercial, deduções da mais-valia extraída pelo capital produtivo, assim também o patriarcado terá que se adaptar às necessidades de reprodução do capital e de controle social⁷. Com isto, chegamos a definir a mediação dialética entre a assimetria entre os sexos, de um lado, e a autonomização da forma-valor, de outro, tanto no plano da forma quanto no das funções.

É no plano das funções que se situam, por sua vez, as principais contribuições de Silvia Federici, quem realizou uma pesquisa historiográfica de fôlego sobre o fenômeno da caça às bruxas, definindo-o como constitutivo do período da acumulação primitiva do capital na Europa Ocidental. Assim, em *Calibã e a Bruxa* (2017), coloca na derrocada feminina do período, um elemento chave para a compreensão das operações de construção “de um novo corpo” do homem trabalhador fabril, a inauguração do conceito de indivíduo em contraponto ao coletivismo, os princípios ideológicos iluministas que assumem a racionalidade e o controle do tempo como qualidades masculinas, que contribuem para a fundação de um tipo específico de patriarcado que serve ao capitalismo.

Trata-se de uma contribuição fundamental na medida em que o processo histórico considerado envolve, a nosso ver, na sua essência, desapropriação, desqualificação e monopolização do conhecimento, processo que se estenderá no tempo, constituindo, no

⁷Não entramos aqui na discussão do racismo, que pode ser pensado também, sem dúvida, em termos de regulação do valor da força de trabalho, porque, no plano das funções e dos processos históricos concretos, apresenta especificidades e uma complexidade particular que o pensamento pós-estruturalista reduz a uma abstração em grande medida vazia, que redunde, no plano político, em reivindicações puramente identitárias, afastadas da problemática marxista da luta de classes. Neste ponto, estamos plenamente de acordo com o projeto alternativo de Roswitha Scholz, ainda que não em relação à solução metodológica que ela apresenta no seu texto inicial, aqui em exame.

período manufatureiro, aquilo que Bolaño (2000) define como “acumulação primitiva de conhecimento”. Federici, no entanto, segue outra perspectiva, entendendo, por exemplo, o capitalismo como um processo contrarrevolucionário decorrente das inúmeras lutas e insurreições populares do período medieval. Não é possível, nos limites deste artigo, apresentar as críticas que a autora desfere contra Marx, a quem acusa de entusiasta do capitalismo enquanto processo de evolução tecnológica e de ter um excessivo apreço às máquinas. Em suma:

[...] existe uma nítida contradição no cerne do pensamento de Marx. Embora tome a exploração do trabalho como o elemento-chave na produção da riqueza capitalista, ele também deixa de fora da teorização algumas atividades e relações sociais que são essenciais para a produção da força de trabalho, como o trabalho sexual, a procriação, o cuidado das crianças e o trabalho doméstico (FEDERICI, 2021, p. 97).

Segundo a autora, para Marx, o trabalho doméstico – que ela denomina “de reprodução”, o que evidentemente não coincide com o conceito mais amplo de reprodução de Marx, restringindo-se aos elementos da reprodução da força de trabalho que operam no plano doméstico, entre os quais ela inclui o que chama “trabalho sexual, a procriação, o cuidado das crianças” – é uma “capacidade de trabalho que não é dada” (FEDERICI, 2021, p. 98), mas sim fruto de uma “atividade social” com fortes vestígios das formas pré-capitalistas de produção. Todas essas atividades, fundamentais para a manutenção e a reprodução das relações sociais de todo tipo, inclusive a acumulação do capital, são vistas pela autora, não apenas como trabalho, mas como trabalho produtivo para o capital, o que ajudaria, segundo ela, a entender as relações de gênero como relações de produção.⁸

Todo o empenho da autora em apresentar uma alternativa marxista ao próprio Marx é bastante questionável, mas não há espaço aqui para apresentar o conjunto das nossas objeções. Dois problemas em particular se apresentam: o da definição de trabalho produtivo para o capital e o da interpretação geral da obra de Marx, lido sob as lentes de Negri (1993), mais especificamente, da questionável interpretação deste último do polêmico fragmento sobre as máquinas, dos *Grundrisse*, tomado como chave para a interpretação d’*O Capital*. Isto não a impede de fornecer uma importante contribuição à

⁸Por fim, reconhecer que é o trabalho doméstico que produz a mão de obra nos permite compreender as identidades de gênero como funções do trabalho e as relações de gênero como relações de produção, um ato que liberta as mulheres da culpa sofrida sempre que desejamos recusar o trabalho doméstico e que amplia o sentido do princípio feminista de que “o pessoal é o político” (FEDERICI, 2021, p. 102).

compreensão do problema do patriarcado do ponto de vista histórico. Nesse sentido, cabe ressaltar o esclarecimento que faz a respeito da gênese da família nuclear proletária, um fenômeno iniciado nos Estados Unidos e na Inglaterra na década de 1870, estendendo-se em seguida para outros países. Assim,

com a introdução do salário familiar, do salário do operário masculino (que se multiplica por dois entre 1860 e a primeira década do século XX) é que as mulheres que trabalham nas fábricas são rechaçadas e enviadas para casa, de modo que o trabalho doméstico se transforma em seu primeiro trabalho e elas se convertem em dependentes. Esta dependência do salário masculino define o que chamei ‘patriarcado do salário’; através do salário cria-se uma nova hierarquia, uma nova organização da desigualdade (FEDERICI, 2018, p. 13, tradução nossa⁹).

Ao invés de apresentar essa importante formulação simplesmente como complemento à caracterização feita por Marx da passagem da exploração da mais-valia absoluta à mais valia relativa, o que envolveria uma mudança radical na organização da família proletária, de modo que o trabalhador homem passa a exercer, no plano doméstico, o papel de “supervisor do trabalho não pago da mulher” e o “poder de disciplinar”, dividindo a família em duas partes, “uma assalariada e outra não assalariada” e criando “uma situação em que a violência está sempre latente” (idem), a autora insiste em agregar que Marx não atentara, na época justamente em que produzia *O Capital*, um processo que ocorria sob seus olhos,¹⁰ quando, na verdade, trata-se não de uma deficiência, mas dos limites impostos pelo nível de abstração em que a análise então se apresentava.

3. PATRIARCADO E FORMA SOCIAL DA COMUNICAÇÃO

Os termos em que, no âmbito próprio da Comunicação, as especificações previamente apresentadas atuam sobre as articulações entre capitalismo e assimetria entre os sexos, foram explorados por Bastos e Souza (2019), que seguiram as pistas deixadas por Scholz no que tange uma identificação imediata entre a esfera da troca mercantil e a

⁹Do original: “con la introducción del salario familiar, del salario obrero masculino (que se multiplica por dos entre 1860 y la primera década del siglo XX), es que las mujeres que trabajaban en las fábricas son rechazadas y enviadas a casa, de forma que el trabajo doméstico se convierte en su primer trabajo y ellas se convierten en dependientes. Esta dependencia del salario masculino define lo que he llamado “patriarcado del salario”; a través del salario se crea un nueva jerarquía, una nueva organización de la desigualdad”.

¹⁰As limitações da leitura de Marx feita por Federici ficam exemplificadas quando, na mesma página, atribui àquele a definição de subsunção real de Negri, que é bastante diferente.

esfera pública. Cabe reconhecer as insuficiências dessa abordagem, visto que, se é correto afirmar que, no plano formal, o patriarcado não pode ser derivado diretamente do valor, mas sim reconhecido como expressão dos fatores extra-econômicos constitutivos da própria dinâmica de autovalorização do valor, também é certo que a esfera pública e a Indústria Cultural foram derivadas dos momentos lógicos decisivos da circulação simples de mercadorias e do terreno obscuro da produção e finalmente particularizadas, considerando a necessidade histórica de suas funções de mediação frente ao Estado e aos capitais em concorrência, e não imediatamente identificadas na esfera da troca mercantil (Bolaño, 2000). Esta é, aliás, uma das grandes contribuições da Economia Política da Comunicação, expondo assim os diversos fundamentos liberais das assertivas habermasianas sobre a esfera pública burguesa e a conseqüente teoria do agir comunicativo, bem como os limites conceituais de Adorno e Horkheimer sobre a indústria cultural.

Em princípio, é possível considerar a oposição entre esfera pública burguesa clássica (cf. Habermas, 1984) e esfera privada (doméstica) em termos da oposição entre os sexos. Contudo, na medida em que a identificação imediata entre esfera pública e esfera da troca mercantil carece de sentido, torna-se necessária maior acuidade na compreensão da esfera privada (doméstica) frente à efetiva e decisiva oposição entre a circulação geral, a única forma de sociabilidade em uma economia mercantil, e a esfera privada da produção de mercadorias. Se na esfera privada da produção de mercadorias ocorre o consumo produtivo, na esfera doméstica ocorre a destruição (consumo improdutivo) do valor de uso adquirido no momento da troca.

A rigor, a esfera mercantil da troca é o *locus* da igualdade formal entre os possuidores de mercadorias, aparência que fundamenta a informação direta e objetiva que surge nesse plano. Ao descermos, com Marx, ao terreno obscuro da produção, contudo, essa igualdade formal se demonstra intervertida como uma relação de dominação entre capitalistas e trabalhadores, cujo cerne é a exploração da força de trabalho. É aí que Bolaño (2000) reconhece a acumulação primitiva de conhecimento como expressão da propriedade privada no plano formal da informação. Compete-nos observar como a assimetria entre os sexos e o patriarcado se expressam aí, tendo em vista as diferentes determinantes históricas da esfera doméstica como fator extra-econômico. Ou seja, a mobilidade sistêmica da mulher, ora como força de trabalho na fábrica, ora como encarregada pretensamente natural dos afazeres domésticos, é indicativa de movimentos

da relação entre a esfera privada da produção de mercadorias e a esfera do consumo e o aproveitamento para os objetivos do capital de dinâmicas históricas como o patriarcado.

Isto significa que, à medida que a esfera da produção de mercadorias demanda um uso crescente da força de trabalho feminina, a igualdade formal própria à esfera da circulação mercantil modula suas características sem, contudo, modificá-las. Por exemplo, caso as mulheres sejam relegadas à esfera privada doméstica, como ocorreu historicamente, sua menor incidência como força de trabalho na esfera privada da produção não deixa de se expressar como uma igualdade formal na logicamente precedente esfera da circulação que, intervertida numa assimetria sexual, exclui a mulher. Formalmente a relação se dá entre iguais, mas seu fundamento está na assimetria que exclui a mulher das esferas da produção e circulação.

Portanto, a igualdade formal, real no plano das relações entre os sexos, torna-se possível pela exclusão da mulher do âmbito fundamental da produção. Por outro lado, mesmo uma maior presença feminina como força de trabalho não elimina a assimetria sexual historicamente instituída pela marca da esfera doméstica do consumo destrutivo. Pelo contrário, tal presença duplica as condições de desigualdade entre os sexos, replicando na esfera da produção a necessária reposição histórica do patriarcado na esfera doméstica. Ainda assim, a esfera da circulação continua funcionando, segundo sua característica de encontro entre possuidores de mercadorias formalmente iguais, como plano da aparência.

Passemos a observar as mediações que historicamente se constituem a fim de dar conta das funções propaganda e publicidade, conforme a derivação realizada por Bolaño (2000). A informação de massas – que se configura, por meio da instância adequada para produzi-la (a Indústria Cultural), escamoteando a informação de classe que se revela na análise da produção – corresponde, neste plano de análise, às contradições da assimetria entre os sexos a partir da esfera doméstica extra-econômica dissociada em negativo das esferas da circulação e da produção anteriormente observadas. Aí, no âmbito das mediações promovidas pela Indústria Cultural entre capitais individuais e Estado, de um lado, e públicos, de outro, a assimetria entre os sexos ganha determinações próprias ao trabalho cultural e seu produto. Tomando por acertado o que Bastos e Souza (2019) afirmam sobre o fato de as insuficiências das análises que preconizam que a presença feminina no ambiente laboral da Indústria Cultural não alterarem o quadro geral do patriarcado, foquemos em alguns aspectos de suas resultantes simbólicas.

A Indústria Cultural é uma particularização histórica das determinações funcionais do capital sobre a comunicação, como uma de suas dimensões, entre outros aspectos, porque repõe em outro âmbito a sobreposição da dominação de classe sobre a necessária cooperação horizontal entre trabalhadores no processo produtivo, sob a forma de uma informação de massas. Ou seja, aquilo que a dominação própria à exploração da força de trabalho impõe na esfera da produção, ela repõe sob a aparência de liberdade comunicacional no âmbito das mediações que são o produto do trabalho empregado na Indústria Cultural.

Do ponto de vista das funções publicidade, propaganda e programa, conforme Bolaño (2000), a presença da figura feminina cumpre o papel de atender às necessidades funcionais de capitais individuais e Estado, de um lado, e às simbólicas do público, de outro lado, sempre de acordo com o momento histórico contingente das articulações entre esfera da circulação mercantil, esfera da produção de mercadorias e esfera privada doméstica. De qualquer modo, trata-se não só de uma permanência como de um reforço das contradições da dominação e exploração do trabalho fundantes, visto que não é capaz de colocar em questão suas próprias bases. Em última instância, atende neste âmbito às necessidades postas pelas modulações da assimetria entre os sexos que, nas esferas da circulação, produção e doméstica, funcionam como elementos que visam dar conta de aspectos da acumulação e reprodução do capital.

Repetindo exemplos anteriores, se a realocação das mulheres na esfera doméstica é um desdobramento da mais-valia relativa e da subsunção real do trabalho no capital, podemos afirmar que essa expressão necessária da assimetria entre os sexos é ela mesma um elemento propriamente contra-tendencial (ao mesmo tempo, redução do valor da força de trabalho e reconfiguração do exército industrial de reserva). Nesse plano de análise, em que se constitui o que Federici chamou de privatização do corpo feminino e a consequente formação da família nuclear proletária, a assimetria entre os sexos se apresenta de modo a demandar a abstração de audiências específicas e o atendimento de necessidades simbólicas próprias à condição dissociada. Se o velho estereótipo da família de “propaganda de margarina”, com a dona de casa e seus eletrodomésticos, ou os romances lacrimosos das telenovelas e *soap operas*, que correspondem à ideologia (sexista) da classe média norte-americana dos anos cinquenta, apresentam-se hoje como anacrônicas é porque outras configurações, outra forma cultural, no sentido de Williams, preenchem as mesmas funções.

Agora, com a maior presença de mulheres na esfera da produção, fruto também da crise do capital, persistindo no exemplo previamente apresentado, com a modulação da igualdade formal na esfera da circulação e a persistência da assimetria entre os sexos no âmbito privado doméstico, as necessidades de anunciantes em busca de certas audiências como produto do trabalho cultural, bem como as necessidades simbólicas dos públicos a serem satisfeitas pelos programas mudam de conotação. A figura da mulher moderna, que trabalha, cuida do filho e atende aos desejos do marido, ou ainda a mulher autônoma, livre e independente, são variações a fim de satisfazer a abstração da audiência e as necessidades simbólicas. Esta nova figuração não apenas não modifica o quadro de assimetria entre os sexos, como serve fundamentalmente para atender as demandas de acumulação e reprodução do capital, escamoteando, assim, os fundamentos de dominação social e exploração do trabalho determinantes.

Enquanto persistirem a produção privada de mercadorias e a exploração da força de trabalho, cujo âmbito complementar necessário e contraditório é a esfera privada doméstica do consumo improdutivo, as modulações na assimetria entre os sexos presentes na Indústria Cultural continuarão servindo para a dinamização de acumulação e reprodução do capital. Assim, a ideia, erroneamente imputada a Marx, ou ao marxismo dito clássico, por Federici, de que o desenvolvimento máximo da maquinaria e da tecnologia, com a máxima expansão das forças produtivas, permitiria o alívio das atividades domésticas, é tão fantasiosa quanto família de margarina dos anos cinquenta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLAÑO, César. **Indústria cultural**: informação e capitalismo. São Paulo: Pólis/Hucitec, 2000.

BOLAÑO, César. Da derivação à regulação: para uma abordagem da Indústria Cultural. **Eptic**. Aracajú, Vol. IV, n. 03, 2003. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/download/405/536>. Acesso em: 30/06/2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres Corpo e Acumulação Primitiva. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. A modo de introducción. *Marxismo y feminismo: historia y conceptos*. In: FEDERICI, Silvia. **El patriarcado del salario: críticas feministas al marxismo**. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018. pp. 7 - 20.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo, volume 1. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 1993.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital. Tradução de Rubens Enderle. 2a. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NEGRI, Antonio. **Marx beyond Marx**: Lessons on the Grundrisse. New York: Pluto, 1993.

SCHOLZ, Roswitha. O Valor é o Homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, nº 45, julho de 1996, pp. 15-36.

SCHOLZ, Roswitha. A Nova Crítica Social e o Problema das Diferenças: Disparidades econômicas, racismo e individualização pós-moderna - Algumas teses sobre o valor-dissociação na era da globalização, 2004. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz3.htm. Acesso em: 30/06/2021.

SCHOLZ, Roswitha. Sobre o conceito de valor e de dissociação-valor. In: SCHOLZ, R. **O Sexo do Capitalismo**: Teorias feministas e a metamorfose pós-moderna do capital. 2ª Edição. Tradução para o português de excertos, 2011. Disponível em: http://www.obeco-online.org/livro_sexo_capitalismo.htm. Acesso em: 30/06/2021.

SCHOLZ, Roswitha. El Patriarcado Productor de mercancías: Tesis Sobre Capitalismo y Relaciones de Género. **Constelaciones** – Revista de Teoría Crítica. nº 5, dezembro de 2013. Disponível em: <http://constelaciones-rtc.net/article/view/815/869>. Acesso em: 30/06/2021.

SCHOLZ, Roswitha. **Homo Sacer e os ciganos**: o anticiganismo – reflexões sobre uma variante essencial e por isso esquecida do racismo moderno. Lisboa: Antígona, 2014.

SCHOLZ, Roswitha. Nota Prévia ao ensaio “O Valor é o Homem”. Junho de 2017. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rst1.htm>. Acesso em: 30/06/2021.

SMYTHE, Dallas. Communications: Blindspot of Western Marxism. **Canadian Journal of Political and Social Theory/Revue canadienne de théorie politique et sociale**. Vol 1, No 3, 1977. Disponível em: <https://journals.uvic.ca/index.php/ctheory/article/view/13715>. Acesso em: 30/06/2021.

